

Ata nº 44 / XIII / 1.ª SL

Aos vinte dias do mês de Setembro de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1.ª Parte:

Audição da Senhora Embaixadora de Cuba, em Lisboa, Johana Tablada de La Torre.

2.ª Parte:

1. Informações gerais

2. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 3/XIII/1ª - Aprova a retirada da reserva formulada à alínea g) do artigo 10.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT), adotado em Darmstadt, em 1 de dezembro de 1986.

- Deputada autora do Parecer: Isabel Santos – PS

3. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 15/XIII/1ª - Aprova o Acordo para a Criação e Estatuto da Organização de Direito Público Europeu, assinado em Atenas, em 27 de outubro de 2004.

- Deputado autor do Parecer: Pedro Filipe Soares – BE

4. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 16/XIII/1ª - Aprova o Protocolo n.º 12 que altera a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Roma, em 4 de novembro de 2000.

- Deputado autor do Parecer: Filipe Lobo D'Ávila - CDS-PP

5. Proposta de Resolução n.º 18/XIII/1ª – Aprova o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de dezembro de 2015.

- Deputado autor do Parecer: Jorge Moreira da Silva - PSD

6. Apreciação e votação do Relatório da Petição n.º 85/XIII/1ª - Queixa sobre procedimentos do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

- Deputada Relatora: Gabriela Canavilhas – PS

7. Apreciação e votação do Relatório da Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Kosovo*) [COM\(2016\) 2771](#) ,

- Deputada Relatora: Ângela Guerra - PSD

8. Plano de Atividades da Comissão para à 2.ª Sessão Legislativa

9. Aprovação de atas

- Ata n.º 20 de 13 de abril de 2016;
- Ata n.º 21 de 19 de abril de 2016;
- Ata n.º 25 de 11 de maio de 2016;
- Ata n.º 28 de 31 de maio de 2016;
- Ata n.º 29 de 01 de junho de 2016;
- Ata n.º 31 de 14 de junho de 2016;
- Ata n.º 39 de 12 de julho de 2016;
- Ata n.º 40 de 13 de julho de 2016;
- Ata n.º 42 de 19 de julho de 2016.
- Ata n.º 43 de 20 de setembro de 2016.

10. Outros assuntos

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos restantes Deputados, tendo recebido seguidamente a Senhora Embaixadora de Cuba, a quem saudou e informou da metodologia a adotar para a presente audição, nos termos previstos para a 1.ª Parte da OD.

Usando da palavra, a Senhora **Embaixadora** agradeceu a disponibilidade da Comissão para a receber em audição. A sua alocução abordou dois tópicos: o atual ponto de situação no relacionamento bilateral com Portugal, e a questão do embargo a Cuba pelos Estados Unidos da América (EUA). Relativamente ao primeiro tópico, informou que as relações bilaterais conhecem um franco crescimento, começando pelo escalão político, de que são exemplo as sucessivas e recíprocas visitas de vários responsáveis governativos. Relembrou o facto de ter sido português o impulso que, no Parlamento Europeu, apresentou Cuba como destinatária privilegiada do plano de investimentos da União. Mesmo não existindo significativo tráfego comercial com Portugal, o que é comum a todos os países da União, existem presentemente condições excecionais para o aumento do comércio com Portugal, designadamente, em áreas como as energias renováveis, os moldes e embalagens, e a

agroindústria, tendo sublinhado que Cuba importa 2 mil milhões de alimentos. 30% das importações de Cuba provêm dos EUA, ao passo que exporta 37% da sua produção para a União, entendendo que Portugal tem aqui um papel a desempenhar no sentido do aumento da sua quota de comercial. Relembrou que a primeira fábrica de fraldas a laborar em Cuba pertence a uma empresa portuguesa, e que vai ser erigido um centro de estudos da língua portuguesa. Estando a terminar a sua permanência em Portugal, não quis deixar de manifestar a sua gratidão para com e Comissão e, em particular para o seu Presidente, pela forma próxima, calorosa e interessada como sempre recebeu Cuba no Parlamento. No concernente ao segundo tópico deixou ao dispor da Comissão um projeto de Resolução de Cuba, a apresentar na Assembleia Geral das Nações Unidas, bem como um Relatório sobre a aplicação da Resolução 70/05, da Assembleia Geral das Nações Unidas. Referiu existirem navios que saem de portos norte-americanos carregados de produtos destinados a Cuba e que, por força do bloqueio, regressam vazios, pois podendo vender, não possuem autorização para comprar. Solicitou o apoio de Portugal, da Comissão e do Parlamento para ajudarem no levantamento do bloqueio. Fez a entrega à Comissão de um Relatório sobre a necessidade de por termo ao bloqueio (Resolução das Nações Unidas n.º 70/5, da Assembleia-Geral), bem como um Resumo do Projeto de Resolução que Cuba pretende apresentar junto das Nações Unidas, tendente a fazer cessar o bloqueio.

Seguidamente, intervieram os Senhores **Deputados**:

Paulo Neves (PSD), tendo cumprimentado a Senhora Embaixadora e para salientar que o PSD possui hoje uma excelente relação com Cuba. Relembrou que a posição oficial de Portugal foi sempre contra o embargo e observa com grande interesse a evolução de Cuba. Perguntou quais os principais pontos de evolução e reformas ocorridas no país.

Paulo Pisco (PS), para saudar, em nome do seu Grupo Parlamentar, a presença da Senhora Embaixadora, tendo salientado o seu grande interesse pela situação de Cuba, tendo questionado sobre o risco de uma eventual reversão das relações com os EUA, caso Trump venha a ser eleito; qual a situação concreta do relacionamento bilateral com Portugal, mormente em sede de investimento, e, finalmente, qual a situação presente em Guantánamo.

António Filipe (PCP), para saudar a Senhora Embaixadora, em nome do seu Grupo Parlamentar e salientar a relevância desta Audição perante a Comissão e o facto de, apesar do embargo __ relativamente ao qual o PCP e Portugal sempre terem votado contra a sua manutenção __, nunca terem sido interrompidas as relações diplomáticas entre ambos os países. Perguntou quais as expetativas de Cuba quanto ao contributo que Portugal pode dar para o fim do bloqueio.

Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), para saudar a delegação diplomática de Cuba pela presença na Audição, salientando o dinamismo e o entusiasmo colocados pela Senhora Embaixadora

no seu desempenho. Assinalou a existência de uma nova etapa no relacionamento entre Cuba, Portugal e a União Europeia. Seguidamente, perguntou: para além do embargo, que outras situações estão a obstaculizar a normalização de relações com os EUA; que balanço pode fazer-se das reformas entretanto operadas em Cuba; finalmente, que expectativas tem Cuba, também na perspetiva diplomática, acerca dos possíveis resultados eleitorais nos EUA.

Domicília Costa (BE), para saudar a Senhora Embaixadora, em nome do seu Grupo Parlamentar, e manifestar a sua preocupação sobre as intenções já manifestadas pelos candidatos presidenciais americanos, relativamente ao relacionamento diplomático com Cuba e ao fim do embargo. Questionou, também, acerca das expectativas do país quanto aos resultados eleitorais americanos.

Tomou a palavra o Senhor **Presidente** para saudar a presença da Senhora Embaixadora na Comissão a que preside e o gosto que é poder fazê-lo. De seguida, concedeu a palavra à Senhora Embaixadora para responder às questões colocadas.

Neste seguimento e em resposta, referiu a Senhora **Embaixadora** que:

Em 1990, de um dia para o outro, Cuba perdeu 82% das suas exportações devido ao embargo dos EUA, facto que tem colocado o país em situação grave. Tem vindo a recuperar o equilíbrio macroeconómico, saldando dívidas suscetíveis de condicionar a sua posição enquanto beneficiário de crédito internacional. Cuba equilibrou, igualmente, o seu défice orçamental, tendo renegociado toda a sua dívida externa, e agilizou os mecanismos de saída de capitais. Sinalizou a aprovação de uma nova lei do investimento externo em Cuba. No domínio político, Cuba tem vindo a fortalecer o poder local e a discutir um novo modelo de sociedade, assente num projeto de justiça e consenso social que não se baseie na força das armas. Relativamente ao processo eleitoral norte-americano, uma eventual vitória de Trump __ que considerou uma séria possibilidade __, o trajeto, embora mais difícil, não deixa de ser irreversível face aos avanços já verificados. Relembrou que, perante catástrofes naturais que assolaram os EUA __ o Katrina e o 11 de setembro __, Cuba foi o primeiro país a disponibilizar ajuda, dispensado aeroportos de emergência e corredores aéreos, assim como material sanitário diverso. Sobre Guantánamo, referiu que Obama ainda não conseguiu cumprir a promessa de encerramento da prisão ali existente, lembrando tratar-se da única base militar num território estrangeiro, cujo contrato de utilização não está sujeito a qualquer prazo de duração, e tem como contrapartida o pagamento de cerca de mil e duzentos euros anuais, verba que Cuba não utiliza. Terminou, manifestando a firme convicção de que o bloqueio acabará por cessar, sobretudo, por não ter qualquer utilidade.

Terminada esta Parte dos trabalhos, a Comissão procedeu a uma curta interrupção dos trabalhos, para que o Senhor Presidente pudesse acompanhar a Senhora Embaixadora à saída.

2.ª Parte

Relativamente ao **Ponto 1.** da OD, o Senhor **Presidente** informou o seguinte:

- Decorrerá na próxima sessão a audição da Senhora Embaixadora de Portugal na Namíbia, Isabel Brilhante Pedroso;
- Relembrou-se os Senhores Vice-Presidentes e Deputados Coordenadores de que na próxima 5.ª feira, dia 22, pelas 14 horas, será recebida uma delegação do Senado da República Checa;
- Relembrou a necessidade de indigitação pelos Grupos Parlamentares dos Deputados participantes na visita ao Irão;

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves** para informar que integrará esta delegação pelo PSD, o Senhor Deputado Adão Silva. Solicitou, ainda, a verificação concreta do calendário de discussão do Orçamento de Estado para 2017, de forma a evitar a coincidência de datas.

- A Senhora **Professora Maria Cerejo**, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, está a promover um estudo à escala Europeia denominado **EUEngage: Parliamentary Elite Survey**, financiado pelo Programa Horizonte 2020 da Comissão Europeia, pelo qual se pretende ver avaliadas as tensões existentes entre a governança institucional da União e a participação e mobilização dos cidadãos para o projeto Europeu, identificando tendências e soluções para os problemas com que a integração Europeia se depara no presente. Para tal efeito foram contactados por *email* todos os Deputados, pedindo-se agora a melhor atenção para a resposta a este inquérito eletrónico sob pena de Portugal não conseguir cumprir os objetivos inerentes ao Estudo.

Com a unânime concordância de todos os Deputados, atenta a urgência da matéria, foi seguidamente apresentado o relatório mencionado no **Ponto 5.** da OD, tendo para tal sido concedida a palavra ao Senhor Deputado Jorge Moreira da Silva (PSD). Começou, preliminarmente, por aludir ao tratamento urgente deste processo, de forma a que Portugal, além de assegurar a sua reputação internacional, aspeto que, segundo afirmou, o Governo parece não ter sabido antecipadamente salvaguardar. possa estar formalmente representado na Conferência de Marraquexe, desiderato que depende da ratificação formal do Acordo de Paris. Prosseguiu, lembrando que após o falhanço do acordo de Quioto sobre a mesma matéria, devido à ausência de ratificação por parte dos EUA, este novo

Acordo irá permitir que o aumento médio da temperatura nos próximos cinco anos se fique pelos 1,5º e não os 2,7º inicialmente previstos. Este Acordo privilegia a ação a transparência na monitorização dos dados, expondo o Senhor Deputado, de forma extensa, a sua opinião no próprio Relatório, sublinhando a sua posição acerca das condições que entende deverem ser preenchidas por Portugal e pela União, atentos os objetivos previstos no Acordo. Terminou, agradecendo ao PS a possibilidade que lhe foi dada, através do seu Grupo Parlamentar, de poder elaborar o presente Relatório, tendo concluído estarem reunidas as condições para que a presente matéria venha a ser votada em Plenário.

Interveio o Senhor Presidente para saudar o empenho e alta qualidade do trabalho realizado pelo Relator em tão curto espaço de tempo, viabilizando a discussão desta iniciativa na próxima sessão plenária, facto que, de outro modo, se mostraria impossível.

Seguidamente, intervieram os Senhores **Deputados**:

Paulo Neves (PSD), para saudar a qualidade do trabalho realizado e apoiar integralmente o teor do Relatório apresentado.

Paulo Pisco (PS), para saudar a qualidade do trabalho realizado e salientar a confluência de posições e vontades para que a Comissão pudesse em tão curto espaço de tempo, produzir este Relatório, afirmando a sua posição institucional. Sinalizou a relevância da matéria em apreço e, em particular o nível da opinião expressa pelo Relator, com o qual concorda. Relembrou, ainda, que a esta data, somente a França, a Hungria e a Áustria haviam ratificado o Acordo, esperando que Portugal possa ser o quarto país a fazê-lo, reforçando a importância desta matéria para o país.

Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), para saudar o Relator pelo excelente trabalho produzido e declarar a sua plena concordância com o teor do Relatório.

Domicilia Costa (BE), para declarar a sua concordância com o teor do Relatório e salientar a necessidade de combater a projetada exploração de minerais fósseis na região do Algarve.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 2.** da OD, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para apresentação do seu Relatório. Dado que a matéria havia já sido discutida na última sessão da Comissão, limitou-se a apresentar o teor do novo parágrafo 3.º das suas Conclusões, na esteira do entendimento então manifestado.

Acerca desta matéria intervieram os seguintes Senhores **Deputados**:

Paulo Neves (PSD), para declarar que o texto proposto corresponde plenamente à posição manifestada pela Comissão, apoiando-o.

Carla Cruz (PCP), para sinalizar persistirem as dúvidas já manifestadas quanto à alusão ao caso concreto. Por tal motivo, requereu que o ponto 3.º das Conclusões fosse votado separadamente.

Isabel Santos (PS), lembrando que o teor do parágrafo em apreço em nada veio inovar face ao corpo do Relatório, onde constam, tanto a referência direta e circunstanciada à Petição e suas conclusões, como à posição do Deputado Relator da mesma, que à data foi secundada por todos.

De seguida, e após saudar o excelente trabalho da Relatora, procedeu o Senhor **Presidente** à votação do Relatório sem, o parágrafo 3.º, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida procedeu-se à votação em separado do parágrafo 3.º das Conclusões, o qual foi aprovado por maioria dos votos dos Deputados presentes, com a abstenção do PCP.

Relativamente ao **Ponto 3.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares** para apresentação do seu Relatório. Começou por enquadrar a matéria, referindo que esta Proposta visa “responder à necessidade de continuar a promover atividades no âmbito do Direito Público, em especial no domínio científico e institucional, bem como no domínio da investigação, da educação, da formação, do ensino e outras dimensões, tendo em vista uma melhor geração de advogados e de instituições democráticas em todo o mundo, e a promoção de valores europeus, através do direito público, à escala mundial”, bem como a própria Organização Europeia de Direito Público. De seguida, aludiu aos objetivos da iniciativa em presença, realçando as competências que são agora atribuídas à Organização e o estatuto pessoal dos respetivos funcionários, definido na “Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 13 de fevereiro de 1946, bem como à sua orgânica e regras de funcionamento.

Tendo optado por não emitir opinião pessoal acerca desta iniciativa, concluiu que a Proposta de Resolução n.º 15/XIII/1ª está em condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Relativamente ao **Ponto 4.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP)** para apresentação do seu Relatório, tendo começado por enquadrar a matéria objeto do mesmo, salientando que Portugal é, desde 1978, parte da Convenção para a Proteção de Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, adotada pelo Conselho da Europa, em 4 de novembro em 1950, tendo entrado em vigor na ordem

jurídica internacional a 3 de setembro de 1953, tratando-se de uma referência na garantia coletiva de certo número de direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Animada pelo espírito, segundo o qual *“todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a uma igual proteção da lei”*, o Comité de Ministros do Conselho da Europa resolveu adotar o Protocolo n.º 12, que visa interditar, de forma geral, qualquer tipo de discriminação, em harmonia com o artigo 14.º da própria Convenção, tendo o mesmo sido aberto, em 4 de novembro de 2000, para assinatura, em Roma, que Portugal assinou, exatamente no dia da sua abertura para assinatura. Com referência ao respetivo teor material, referiu que o Protocolo visa *“reforçar os mecanismos legais já existentes na ordem jurídica portuguesa, no âmbito da aplicação da cláusula, alargando o âmbito de aplicação da cláusula de interdição geral de discriminação também a direitos de matriz económica, social ou cultural”*, passando em revista a sua sistemática e finalidades essenciais.

Tendo optado por não emitir opinião pessoal acerca desta iniciativa, concluiu que a mesma reúne condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

De seguida, intervieram os Senhores **Deputados** a seguir indicados, para:

Paulo Pisco (PS), felicitar a qualidade e clareza do trabalho realizado pelo Relator.

Paulo Neves (PSD), felicitar, igualmente, a qualidade e clareza do trabalho realizado pelo Relator, salientando o enquadramento ao dispositivo constitucional aplicável à matéria em presença

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No respeitante ao **Ponto 6.**, tomou a palavra a Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)**, solicitando o adiamento da sua apresentação, em virtude de pretender receber o peticionário em audiência, o que até agora se tinha mostrado impossível, dado residir habitualmente em Timor-Leste, tendo de reservar a possibilidade de poder vir a verter informação adicional no seu Relatório, decorrente da referida audição.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)** para concordar com o procedimento solicitado e declarar pretender o seu Grupo Parlamentar participar na mencionada audiência.

Passados ao **Ponto 7.** da OD, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)** para apresentação do seu Relatório, tendo começado por enquadrar a matéria sob análise, lembrando tratar-se de um tipo de instrumento semelhante a outros já anteriormente analisados em Comissão, tendo por intervenientes diferentes países. Lembrou, porém, que desde 19 de janeiro de 2012, a Comissão Europeia iniciou um

diálogo com o Kosovo sobre a liberalização dos vistos. Em 14 de junho de 2012, apresentou ao Kosovo um roteiro que indicava todas as medidas legislativas e de outro tipo que o país devia adotar e aplicar para avançar para a liberalização dos vistos. A Comissão comprometeu-se a propor um regime de isenção de vistos para as pessoas do Kosovo para estadas de curta duração na União Europeia (até 90 dias por período de 180 dias), assim que o país tivesse cumprido todos os requisitos e aplicado as outras medidas indicadas no roteiro para a liberalização do regime de vistos. Tendo aplicado um conjunto de reformas importantes em 2011, o Kosovo realizou progressos satisfatórios no estabelecimento de um quadro estratégico funcional para a reintegração dos repatriados, como já havia feito no caso da readmissão. Nos seus relatórios periódicos, a Comissão continuou a acompanhar e a avaliar os progressos realizados pelo Kosovo na melhoria do seu quadro de readmissão e da reintegração efetiva dos repatriados. Depois de uma breve digressão pelo teor do supracitado roteiro, sinalizou o facto de os diferentes Relatórios elaborados se terem baseado nas informações transmitidas pelo Kosovo, nas missões de avaliação efetuadas pela Comissão e pelos peritos dos Estados-Membros para avaliar os progressos realizados pelo Kosovo no âmbito do diálogo sobre política de vistos, bem como nos dados fornecidos pela EUROPOL, a Frontex, o EASO e a EULEX. Tal como salientado na iniciativa europeia, até ao presente, a Comissão adotou três relatórios sobre os progressos realizados pelo Kosovo no diálogo sobre os vistos, sendo que no terceiro, a Comissão formulou oito recomendações correspondentes a oito requisitos importantes do roteiro sobre os vistos, incluindo quatro prioridades fundamentais. No relatório que acompanha a presente proposta, a Comissão observou que o Kosovo tinha dado passos importantes no sentido de cumprir o requisito da ratificação do acordo de delimitação das fronteiras/linha de separação com o Montenegro e preenchido um número suficiente de elementos para criar as bases em matéria de luta contra a criminalidade organizada e a corrupção, tendo, por isso, confirmado que o Kosovo cumpriu os requisitos previstos no seu roteiro para a liberalização dos vistos. Por tal motivo, a presente proposta pretende alterar o posicionamento do Kosovo no Âmbito do Regulamento n.º 539/2001, passando a constar do seu anexo II, ponto 4, abrangendo, porém e apenas, os nacionais daquele país que sejam titulares de passaportes biométricos emitidos em conformidade com as normas da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e com as normas da UE para os dispositivos de segurança e dados biométricos dos documentos de viagem.

Avaliando a Proposta de Regulamento em presença à luz da subsidiariedade e proporcionalidade, a Relatora situou a matéria no âmbito do artigo 77.º, n.º 2, alínea a), do Tratado de Funcionamento da União Europeia, nada tendo oposto quanto ao respeito destes dois princípios. Na opinião da Relatora, a presente Proposta é importante na medida em que irá facilitar a circulação dos nacionais do Kosovo, detentores de passaporte biométrico, no espaço da União Europeia, mesmo que apenas por períodos de curta duração (90 dias) para negócios ou turismo. Importa salientar que esta abertura da União Europeia acontece após um processo, bem-sucedido, de reformas levado a cabo pelo Kosovo, indo ao encontro das pretensões das instituições europeias, no roteiro para a liberalização de vistos, reforçando, ainda, os instrumentos de luta contra a criminalidade organizada e corrupção,

aproximando o Kosovo das regras em uso na União, fortalecendo a sua democracia e potenciando o seu próprio desenvolvimento social e económico. Concluiu, assim, pela necessidade de acompanhamento atento dos desenvolvimentos futuros das medidas relacionadas com a presente iniciativa e dela decorrentes, dando assim por concluído o escrutínio da presente iniciativa por parte da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, propondo a remessa da presente peça à Comissão de Assuntos Europeus, para os efeitos mencionados na Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto.

Intervieram seguidamente os Senhores **Deputados**:

Paulo Neves (PSD) para manifestar concordância com o teor do Parecer e saudar a Autora pelo trabalho realizado.

Paulo Pisco (PS) para igualmente saudar o trabalho realizado pela Autora do Parecer.

Submetido à votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 8. da OD**, foi lembrada pelo Senhor **Presidente**, a necessidade de os diferentes Grupos Parlamentares apresentarem as suas propostas em vista da elaboração do Plano de Atividades para a presente Sessão Legislativa, as quais devem ser remetidas aos Serviços da Comissão, para os efeitos devidos.

Relativamente ao **Ponto 9. da OD**, foram lidas as Atas ali identificadas.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para sublinhar que o seu Grupo Parlamentar se irá abster na votação das atas correspondentes a sessões onde não tenha estado presente, posição de princípio que tem desde sempre preconizado.

Assim, foram aprovadas por unanimidade as atas números 20, 28, 29, 40, 42 e 43. Foram aprovadas por maioria, com a abstenção do PCP todas as restantes.

No **Ponto 10. da OD**, pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para anunciar como segue os nomes dos Deputados do PS cuja nomeação enquanto Relatores havia ficado pendente para as seguintes iniciativas:

COM (2016) 230, Deputado Ascenso Simões; relativamente às iniciativas COM (2016) 166 e COM (2016) 279, solicitou preliminarmente que as mesmas fossem fundidas num único Relatório, dada a identidade das matérias, o que foi unanimemente aceite, tendo ficado nomeado como Relatora a Senhora Deputada Isabel Santos. Foi, ainda, distribuída à

Senhora Deputada Joana Lima a elaboração do Relatório referente à Proposta de Resolução n.º 19/XII.

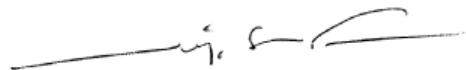
Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas 18 horas e vinte minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160920.mp3

Palácio de S. Bento, 20 de setembro de 2016

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
Jorge Moreira da Silva
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Adão Silva
Berta Cabral
Fernando Jesus
Maria Manuela Tender
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
José Cesário
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 12/10/2016.